

CERCAMENTO DO PARQUE FARROUPILHA - PORTO ALEGRE/RS – REDENÇÃO OU PRISÃO?

Roberto Verdum*

Geógrafo, Doutor em Geografia

E-mail: verdum@ufrgs.br

Alexsandra Fachinello*

Licenciada em Geografia, Mestre em Memória Social e Bens Culturais

E-mail: alefachinello@terra.com.br

Carine Raquel Heck*

Licenciada em Geografia, Mestranda em Geografia

E-mail: carine_heck@hotmail.com

Carmem Lucas Vieira*

Engenheira Agrônoma, Doutoranda em Planejamento e Gestão Ambiental

E-mail: clucasvieira@gmail.com

Caroline Maria Cadore Borges*

Licenciada em Geografia, Geógrafa, Mestranda em Geografia

E-mail: carolgeo.ufsm@gmail.com

Cristiano Quaresma De Paula*

Geógrafo, Doutorando em Geografia

E-mail: cqpgeo@gmail.com

Daniele Caron*

Arquiteta e Urbanista, Doutoranda em Urbanismo e Ordenação do Território

E-mail: danicaron@hotmail.com

Dilton De Castro*

Ecólogo, Mestrando em Geografia

E-mail: diltoncastro@yahoo.com.br

Geovane Aparecida Puntel*

Graduação em Estudos Sociais - Hab. Geografia, Mestre em Geografia

E-mail: geopuntel@viavale.com.br

Helena Bonetto*

Licenciada em Ciências Sociais, Doutoranda em Geografia

E-mail: helena.bonetto@yahoo.com.br

Janice Martins Sitya Appel*

Bacharel em Artes Plásticas, Doutoranda em Poéticas Visuais

E-mail: janismart@gmail.com

João Luis Maciel Linck*

Arquiteto e Urbanista, Mestrando em Geografia

E-mail: joaoluislinck@gmail.com

João Paulo Schwerz*

Arquiteto e Urbanista, Doutorando em Planejamento Urbano e Regional

E-mail: jpschwerz@gmail.com

Keli Siqueira Ruas*

Licenciada em Geografia, Doutoranda em Geografia

E-mail: kel.ruas@gmail.com

Laura Rudzewicz*

Bacharel em Turismo, Doutoranda em Geografia

E-mail: laurar.turismo@gmail.com

Lucas Porfirio Schneider*

Geógrafo, Mestrando em Geografia

E-mail: lucaschneider@hotmail.com

* Pesquisador(a) do Laboratório da Paisagem (PAGUS – Departamento de Geografia – IGEO – UFRGS)

Luciana de Castro Neves Costa*

Bacharel em Turismo, Doutoranda em Memória Social e Patrimônio Cultural
E-mail: lux.castroneves@gmail.com

Lucile Lopes Bier

Geógrafa, Mestranda em Geografia
E-mail: lubier@gmail.com

Lucimar de Fatima dos Santos Vieira*

Bióloga, Geógrafa, Doutora em Geografia
E-mail: luci.ze@terra.com.br

Luis Alberto Pires da Silva*

Biólogo, Mestre em Geografia
E-mail: luisalberto.pires@gmail.com

Marina Cañas Martins*

Arquiteta e Urbanista, Doutoranda em Planejamento Urbano e Regional
E-mail: canasmarina@gmail.com

Mauricio Ragagnin Pimentel*

Graduação em Turismo, Doutorando em Geografia
E-mail: mauriciopimentel@terra.com.br

Ricardo Hiroyuki Okido*

Geógrafo, Mestrando em Geografia
E-mail: rhirookido@gmail.com

RESUMO

A paisagem é um ponto de partida interessante para descobrir as relações de uma sociedade com seu meio, bem como suas controvérsias e conflitos que lhes são inerentes. Ela é uma imagem que expressa os aspectos subjetivos da natureza e da vida cotidiana e que revela as heterogeneidades e as homogeneidades complexas das formas e do seu entrelaçamento com as ações de apropriação e transformação pela(s) sociedade(s) humana(s). Tendo isso em vista, os pesquisadores do Laboratório da Paisagem (PAGUS – Departamento de Geografia – IGEO – UFRGS) buscaram experimentar diferentes ferramentas teórico-metodológicas ao realizar uma intervenção efêmera *in loco* em uma paisagem urbana, e assim, estimular o debate sobre as controvérsias que lhe são inerentes. A problemática escolhida foi a proposta de cercamento do Parque da Redenção, oficialmente denominado Parque Farroupilha, discutida na Câmara de Vereadores de Porto Alegre (RS) e na mídia local desde a década de 1990. Em uma área próxima ao lago Guaíba e ao Centro Histórico da cidade, os 40 hectares de área verde com diversos ambientes são um importante marco da paisagem de Porto Alegre. Caso fossem cercados, quais os aspectos da paisagem e outros que se agregam a ela que estariam sendo alterados? Como realizar uma intervenção para sensibilizar a população sobre as implicações do cercamento, ou não, do parque? Desde essas questões realizou-se uma intervenção em 08 de novembro de 2014, cujos registros orientaram o debate e a produção deste texto e de um vídeo. Neste artigo, procuramos inicialmente realizar uma contextualização sobre a paisagem estudada e a tensão evocada pela proposta de alterá-la mediante a instalação de uma cerca. A seguir relatamos a intervenção realizada no local pelo grupo, como ferramenta metodológica para estimular diferentes reações e assim registrar as sensações e opiniões da população frente à alteração provocada naquela paisagem. Posteriormente, apresentamos reflexões sobre diferentes aspectos e implicações que o fechamento do parque poderá acarretar.

PALAVRAS-CHAVE: paisagem; parques urbanos; cercamento; intervenção; Parque da Redenção.

FENCING PARQUE FARROUPILHA – PORTO ALEGRE/RS - REDEMPTION OR PRISION?

ABSTRACT

The landscape is an interesting departure point to uncover the relations between a society and its environment, with its inherent controversies and conflicts. The landscape is an image that expresses subjective aspects of nature and daily life and that reveals the complex heterogeneities and homogeneities of the shapes and its entanglement with appropriation and transformation actions performed by human society(ies). Bearing that, researchers from the Landscape Laboratory (PAGUS – Geography Department – IGEO – UFRGS) tried to experiment different theoretical and methodological tools when doing a temporary intervention at a specific urban landscape. In doing so, the group expected to stimulate the debate on the controversies inherent to that particular landscape. The chosen issue was the argument around the proposal of putting a fence around Porto Alegre's (Brazil) main urban park (Parque da Redenção), raised by the city's legislative and by the local media since the 1990's. In a 40 green hectares area with different settings, the park, which is near Lake Guaíba and the city's historic district, is an important attribute of Porto Alegre's landscape. Supposing the park was to be bounded, which are the aspects of its landscape and correlated features that would be modified? How to perform an intervention to raise the population's awareness about the park is fencing, or not fencing? Deriving from these questions the intervention was performed on November 8 2014. Its records guided the discussion and the making of this text and of a video. This particular work is structured as it follows: firstly, the group presents a contextualization of the studied landscape and the tension evoked by the proposal of changing its dynamic through its bounding. Secondly, we report a site intervention performed by this research group, as well as the record of population's feelings and opinions about that momentary landscape change. Finally, we present reflections about the implications that the park's fencing may cause.

125

KEY WORDS: landscape, urban park, bounding, intervention, Parque da Redenção.

INTRODUÇÃO: UMA EXPERIÊNCIA PAISAGÍSTICA

Em alguns países, particularmente os da União Europeia, a paisagem é ainda um instrumento para o planejamento territorial. Considerando a estética do espaço, mas não se restringindo a ela, a paisagem como categoria de análise espacial estimula a busca por uma compreensão e cooperação pluridisciplinar, considerando diferentes temporalidades, atores, processos e formas.

Na perspectiva contemporânea, podemos considerar que a paisagem deve ser concebida como um mosaico, com formas e cores muitas vezes de uma combinação singular e que nos marca ou nos remete a sensações que se situam em tempos diversos. Segundo Verdum et al. (2013) neste mosaico podem-se incorporar, também, sons, odores, dinâmicas, estruturas, funcionamentos, etc., que passam a ser composições de interesse da arte, cultura e ciência, mas também a expressão individual e coletiva de estar e ser no mundo. Ela é, também, uma imagem que expressa os aspectos subjetivos da natureza e da vida cotidiana e revela as heterogeneidades e as homogeneidades

complexas das formas e do seu entrelaçamento com as ações de apropriação e transformação pela(s) sociedade(s) humana(s).

Estudar paisagem permite concebê-la numa perspectiva de entrelaçamento de olhares disciplinares que origine estudos que busquem entender as diferentes relações entre a natureza e a sociedade, assim como entre os indivíduos, no decorrer dos tempos e em diferentes lugares. Entende-se as modificações na paisagem como uma espiral, em que as várias formas de interpretação e de investigação se inter-relacionam.

O Laboratório da Paisagem (PAGUS), criado em 2012, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, composto por pesquisadores com formação diversificada em áreas como: Arquitetura e Urbanismo, Artes Visuais, Biologia, Ciências Sociais, Geografia e Turismo, tem como perspectiva estudar a paisagem como um sistema aberto, influenciado não só pela escala de observação, mas também pelo entendimento dos processos de transformação da natureza no contexto das relações socioeconômicas ao longo do tempo. Assim, escolheu-se uma problemática paisagística desde a qual o grupo pudesse colaborar e experimentar de maneira aplicada diferentes referenciais teórico-metodológicos. O tópico eleito foi a proposta de cercamento do Parque Farroupilha, também conhecido como Parque da Redenção¹, debatida na Câmara de Vereadores de Porto Alegre (RS) e na mídia local pelo menos desde a década de 1990. Frente a tal proposta o grupo procurou colaborar em dois eixos. Um primeiro relativo à questão: que estratégias de intervenção na paisagem poderiam ser construídas para sensibilizar a população sobre o cercamento do Parque da Redenção? E, assim, estimular e registrar o debate sobre as controvérsias desse tema. Um segundo, concernente à reflexão sobre a situação hipotética: caso fosse efetivada a proposta de cercamento do parque, quais os aspectos da paisagem, e outros a ela vinculados, que estariam sendo alterados?

Essa colaboração multidisciplinar sobre a temática eleita resultou em um vídeo e neste artigo, ambos são registro e reflexão a respeito da intervenção paisagística do grupo. Aqui procuraremos, em um primeiro momento, realizar uma contextualização da paisagem estudada e a tensão evocada pela proposta de alterá-la mediante a instalação de uma cerca. A seguir, relatamos uma intervenção realizada no local pelo grupo, como ferramenta metodológica para estimular diferentes reações e assim registrar as sensações e opiniões da população frente à alteração

¹ No artigo, optou-se pela denominação Parque da Redenção a Parque Farroupilha, por se tratar da designação adotada majoritariamente pela população de Porto Alegre/RS. Nesse sentido, remete-se ao conceito de lugar (TUAN, 2005) ou seja, um espaço dotado de valor simbólico, emocional, sentimental e de memória, diferente, portanto, de uma denominação oficial de uso restrito.

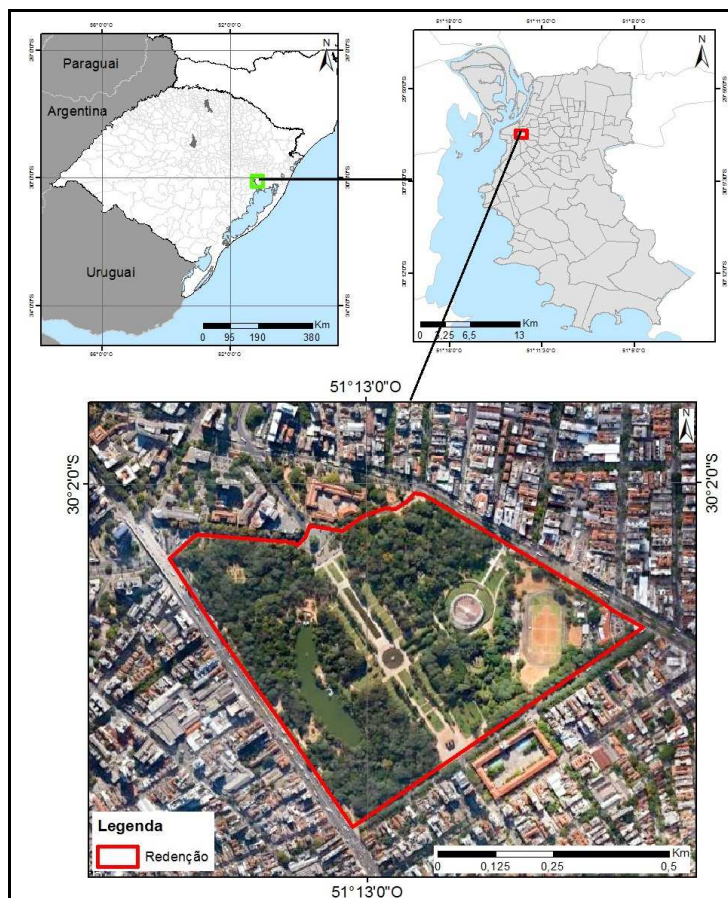
provocada naquela paisagem. Posteriormente, apresentamos reflexões sobre diferentes aspectos e implicações que o fechamento do parque poderá acarretar.

O PARQUE DA REDENÇÃO, UMA PAISAGEM DE DIVERSIDADE

De acordo com Gregoletto et al. (2013) os parques urbanos constituem-se em espaços importantes para a dinâmica de uma cidade, seja pelo seu uso variado ou mesmo por promoverem a sociabilidade. Segundo os autores, os parques influenciam no estabelecimento de conexões entre as mais diferentes áreas de seu entorno.

O parque urbano denominado Parque da Redenção, oficialmente Parque Farroupilha, está localizado em uma área próxima ao lago Guaíba e ao Centro Histórico da cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul (RS) – figura 1. Atualmente, com mais de 40 hectares de área verde destinada ao lazer, ele conta com diversos ambientes temáticos, parque de diversões, praças infantis, cancha de bocha, chafariz, lago interno com pedalinhos, pista de atletismo, um auditório para shows e eventos, entre outros recantos e mobiliários.

Figura 1 - Localização do Parque da Redenção, próximo ao lago Guaíba e ao Centro Histórico de Porto Alegre/RS.



Fonte: adaptado do Google Earth, em 05 de abril de 2015. Elaboração de Jean Carlo Gessi Caneppele

Antes do parque e da formação paisagística atual, esta era uma várzea nos arrabaldes da cidade de Porto Alegre. De acordo com Macedo (1968) a área onde, atualmente, se localiza o parque foi doada pelo Governador José Paulo da Silva Gama, no ano de 1807, com a finalidade de potreiro para o gado bovino, sendo inicialmente conhecido como Campos da Várzea do Portão ou Potreiro da Várzea. Entre 1835 e 1845, foi local de batalhas entre o exército imperial e os farrapos. No ano de 1867 passou a ser denominado Campos do Bom Fim, em função de sua proximidade com a Igreja do Bom Fim. Em 1884, os membros da Câmara de Porto Alegre sugeriram a alteração do nome para Campos da Redenção, como referência ao ano em que se efetivara a libertação dos escravos no município. Este espaço é inclusive identificado como palco de lutas pela liberdade e afirmação do povo negro. Segundo Pesavento (1999), o parque só passou a ser visto como um espaço de lazer, sociabilidade e local para a realização de eventos a partir de 1890, com o crescimento populacional advindo da chegada de imigrantes e pelo desenvolvimento industrial. Desde então, a área passou a ganhar maior atenção da comunidade e dos governantes.

As primeiras intervenções na infraestrutura e ajardinamentos na várzea ocorreram para atender a duas exposições. Na Primeira Exposição Estadual de Produtos Naturais e Industriais, ocorrida em 1901, foi proposto o parcelamento das áreas em setores diferenciados. Nesta época, o parque já não tinha mais os seus 69 hectares iniciais.

Na segunda intervenção, proposta pelo arquiteto urbanista francês Alfred Agache, resgatou-se a unidade de conjunto da área, que foi urbanizada e transformada para abrigar a exposição em comemoração ao Centenário da Revolução Farroupilha, em 1935. Segundo Goidanich (1993), nesse evento houve a primeira iniciativa de acolhimento e orientações ao público forasteiro, indicando os primeiros registros de fluxo de turistas para o Rio Grande do Sul. Em 19 de setembro de 1935, através do Decreto Municipal 307/3 (SMAM, 2015) o local passa a ser denominado Parque Farroupilha, consagrando-se como parque urbano de Porto Alegre (GERMANI, 2002).

Posteriormente, em 1941, foram implantados no parque os recantos Jardim Alpino, Jardim Europeu e Jardim Oriental. Já em 1978, tem início o Brique da Redenção² e, em 1997, o Parque Farroupilha é tombado como patrimônio histórico, cultural, natural e paisagístico de Porto Alegre (SMAM, 2015).

De modo geral, os parques urbanos são espaços públicos representativos do lazer nas cidades, oferecendo diversidade de atividades e infraestruturas que proporcionam práticas sociais,

² Brique da Redenção: uma tradicional feira que acontece aos domingos na extensão da Avenida José Bonifácio, junto ao Parque Farroupilha, em Porto Alegre, e que congrega espetáculos de arte de rua, exposição e venda de artesanatos, artes plásticas, antiguidades e comidas de rua.

individuais ou coletivas, representando também um ponto de atração turística. Para além de sua contribuição ao ambiente urbano, os parques promovem a interação social, as manifestações culturais, a valorização dos espaços circundantes, a qualidade de vida e o contato com a natureza. No que se refere ao Parque da Redenção, uma multiplicidade de usos ocorre devido à diversidade de espaços que abriga: o Brique da Redenção e outras feiras culturais (Antiguidades e Agroecológica), o Mercado do Bom Fim, o Auditório Araújo Viana, o parque de diversões, as quadras de esportes, a pista de atletismo, as áreas para ginástica e parque infantil, o orquidário, as lojas de artesanato, os bares, os restaurantes e as floriculturas. O próprio espaço amplo e aberto do parque, situado no meio de uma grande área urbana, é utilizado para eventos como a Parada Livre (ou Parada Gay), o aniversário da cidade, as campanhas de conscientização de saúde ou outros temas e, também, para as reivindicações sociais, tais como as manifestações com pautas distintas e a diversas organizações de passeatas de grupos em greve, evidenciando alguns conflitos e demandas sociais (CACCIA, 2011).

Segundo estudo realizado por Caccia (2011), a área de maior circulação de pessoas é a do eixo Monumental, que atravessa o parque no sentido sudeste-noroeste, e perpendicular a esse, a do eixo Transversal. Associados ao grande lago, esses espaços caracterizam-se como os elementos estruturadores do parque, desde a sua concepção de unificação urbanística e de ajardinamento, implantadas em 1935. Entretanto, o parque apresenta diferentes padrões de uso conforme os dias da semana, os diferentes horários ou estações do ano. Durante os dias de semana, inclusive por volta do horário do almoço, muitas pessoas aproveitam seu intervalo de trabalho e de aula para nele descansar. Aos finais de tarde (principalmente nas épocas mais quentes) há um número significativo de pessoas desfrutando dos seus espaços de lazer. Cotidianamente, existe um fluxo de transeuntes, devido, principalmente, ao papel de articulação que o parque exerce entre os diferentes bairros vizinhos.

A apropriação dos espaços, os usos esportivos e os passeios com animais de estimação são realizados predominantemente por moradores do entorno, durante a semana. Já aos finais de semana, a dinâmica se altera, com um maior fluxo de pessoas, inclusive de outros bairros e municípios. Nesses momentos é mais intensa a ocupação de diferentes áreas do parque como locais de socialização e de encontro, havendo uma dispersão do público para além dos eixos centrais (CACCIA, 2011).

Neste sentido, Melo e Dias (2014) retratam o Parque da Redenção como espaço para a socialização e a contemplação/fruição da presença da natureza no meio urbano, por meio de

atividades esportivas, artísticas, culturais, educativas e contemplativas. A Redenção representa um ponto de encontro ou de referência para a interação social, abrigando diversidade de perfis de pessoas e gerando bem-estar nos usuários. Quanto às formas de apropriação de seus espaços as autoras apontam que o parque abriga práticas como: tomar chimarrão, conversar com os amigos, sentar na grama, caminhar, tomar sol, observar/contato com a natureza, acessar a internet, alongamento, piquenique, passear com o cachorro, jogar bola e ler, entre outras atividades de lazer.

Enquanto atrativo turístico, o parque é destacado pelo Poder Público como: “(...) patrimônio histórico, natural, paisagístico e cultural da capital e tem a cara e a alma de Porto Alegre. É o mais tradicional ponto de lazer e convivência dos porto-alegrenses, e um dos locais preferidos para manifestações culturais de rua” (PORTO ALEGRE TRAVEL, 2014).

Todavia, além de sua conotação como área de lazer, o Parque da Redenção também é espaço de trabalho. Emprega pessoal no setor de segurança, de limpeza, de manutenção dos seus espaços e equipamentos, além dos trabalhadores do Brique da Redenção e outros eventos que ali se realizam. Pertile (2014) retrata a presença das “Comidas de Rua” junto ao Brique da Redenção, destacando a atuação dos trabalhadores “ambulantes”, que realizam sua atividade comercial de alimentos nas ruas, “em e entre fluxos”, através de suas barracas, vans e carrinhos, atendendo residentes e turistas principalmente aos sábados e domingos. Citando Pamplona (2004), Pertile (2014) considera os “ambulantes” como aqueles que estão auto empregados, vendendo produtos ou serviços diretamente aos consumidores, em vias e logradouros públicos, legalizados ou não. Segundo esses trabalhadores, os principais benefícios no exercício da sua atividade nas ruas próximas ao parque são a liberdade, a sociabilidade e a diferenciação do serviço oferecido.

Considerar os diferentes usos do Parque da Redenção implica em ponderar as diversas territorialidades que ali se afirmam e atestam sua condição de espaço público. De acordo com Miño (2004, p. 54), “considerar uma praça somente na sua dimensão de local que permita o lazer da população, ou ambiente que ajude na beleza da cidade, ou meio que possibilite a renovação do ar (pulmão-verde), constitui uma abordagem limitada”. Isso porque os diferentes usos e apropriações destes espaços constituem um campo para a criação e reprodução de mecanismos de dominação ou controle político, expressando as intencionalidades de distintos agentes.

Souza (2008) ao analisar o espaço público contemporâneo a partir de parques públicos em Porto Alegre, afirma que o Parque da Redenção “(...) conserva as suas características de espaço público, pois a relação entre os diferentes grupos sociais produz a tolerância e o conflito necessário para que haja a construção democrática” (p. 104). Nesse sentido, Miño (2004) argumenta que a

apropriação é o que dá significado ao espaço público, enquanto um prolongamento do privado no público. Aí se efetua uma “privatização corporal”, situação em que o habitante sai do espaço privado da casa e ‘conquista’ o espaço público para seu uso, para sua vida e para sua reprodução, conforme a sua trajetória.

Ao fazer uma pesquisa sobre a trajetória do Parque da Redenção ao longo do tempo, Souza (2008) constata que esse espaço passou da condição de um objeto da burguesia para ser um objeto da cidade, com uma diversidade de usos realizada por diferentes grupos sociais. Além disso, ele figura como o espaço público de maior referência na cidade, atraindo em dias quentes de passe-livre (gratuidade na passagem de ônibus) crianças e comunidades carentes que usufruem do espelho d’água e dos chafarizes como piscinas (SOUZA, 2008).

No cotidiano, diferentes temporalidades se sobrepõem como camadas, gerando muitas paisagens. A cada hora, ou dia da semana, as configurações se alteram ou se acumulam. São os adolescentes que buscam o sinal de internet aberto, as senhoras que fazem do passeio seu exercício diário, os atletas em seus treinos diurnos ou noturnos, o morador do bairro que faz o passeio à noite com seu cão mais livre da presença dos transeuntes diurnos, o garoto de programa que ali vai encontrar seu cliente até a alta madrugada e, no limiar do dia, os feirantes que chegam para organizar suas barracas. As diversas expressões da cidade ali se encontram, se cruzam e convivem.

131

No entanto, frente a uma preocupação social recorrente com a (in)segurança e os relatos na mídia de sucessivos episódios de vandalismo, assaltos e tráfico de drogas ocorrendo nas imediações do Parque da Redenção, emerge uma problemática debatida entre portoalegrenses: cercar, ou não, essa área verde da cidade?

A seguir apresentamos uma reflexão do grupo sobre o que parecem ser os dois contrapontos da controvérsia sobre a instalação de uma barreira física ao redor do parque e as mudanças na dinâmica da paisagem cotidiana que a cerca acarretaria. De um lado a justificativa da cerca como elemento que traria segurança aos usuários e patrimônio público. De outro, as implicações dessa barreira (cercamento) para a relação e conexão do parque com o restante do tecido urbano de Porto Alegre, e um contraponto à matriz paisagística que percebe a Redenção como um espaço livre.

SEGURANÇA E SIMULACRO

O Parque da Redenção é um local que abriga grande diversidade de pessoas e suas expressões, resultando em múltiplos usos e circunstâncias, inclusive aquelas que geram dolo aos frequentadores e transeuntes, o que propicia o questionamento sobre a segurança. A partir de fatos

ocorridos dentro e nas imediações do parque relacionados, principalmente, a assaltos, a assassinatos e a estupros, que ganham repercussão na mídia, se constrói o principal argumento para a instalação de uma barreira física no parque. Entretanto, essas são situações que envolvem a conjuntura da segurança pública, e não são exclusivas do Parque da Redenção. Assim, considerando que existe insegurança na cidade, esse sentimento, também, se efetiva nos parques públicos. Por isso, Souza (2008) ao reconhecer a problemática, alega que mesmo nesse contexto, há valorização do parque, creditado ao seu valor simbólico, que circunda o imaginário de diferentes classes sociais.

Considerando que o cercamento não resolve os problemas de segurança do parque, visto que a barreira física em si não impede que determinadas práticas ocorram dentro dele, emerge a problemática do por que se recorre a esse instrumento enquanto possível solução. A proposta de cercamento do Parque da Redenção, como medida de segurança para a cidade ou para o parque, remete ao conceito de simulacro que, segundo Baudrillard (1991), é a superação do real e do virtual, que resulta no hiper-real. Na simulação, o falso e o verdadeiro são indistinguíveis e fazem parte da hiper-realidade (a construção de uma condição que é real e ao mesmo tempo supera o real). O conceito de simulacro é discutido ainda por Soja (1998) e Muñoz (2008), segundo os quais a segurança não se estabelece com a instalação de uma barreira física. Os aspectos psicológicos em relação ao sentimento de proteção são muito mais evidentes do que a efetiva segurança. Para além desta questão, as limitações de fluxos e horários alterariam a vida do parque e da cidade. Os limites impediriam que as diversificadas manifestações sociais e a livre cidadania se desenrolassem no espaço. O cercamento, a pretexto de segurança, gera um espaço de isolamento da cidade. Assim, o parque passa a representar um cenário artificial, um espaço idealizado e supostamente protegido.

Con este expansiva confusión de la diferencia entre lo real y lo imaginado, está lo que Baudrillard define como una «precesión de simulacros», una situación en la que las simulaciones cada vez tienen más prioridad sobre las realidades que están simulando. Nuestras vidas siempre han estado modeladas por estas hiperealidades y por las fábricas especializadas que las producen (...) Sin embargo, la mayoría de las veces, elegimos ir a estas fábricas, frecuentemente atravesando alguna puerta y pagando la entrada. Actualmente, de nuevo más que nunca, la hiperrealidad nos visita, en nuestras casas, en nuestras vidas cotidianas (SOJA, 1998, p. 48)³.

A simulação se estabelece com a fragmentação do espaço, rupturas impostas por barreiras que implicam a dificuldade de estruturar paisagens híbridas ou mescladas, gerando assim uma nova

³ Em livre tradução: Com esta expansiva confusão da diferença entre o real e o imaginado, está o que Baudrillard define como "precessão dos simulacros", uma situação em que as simulações têm cada vez mais prioridade sobre as realidades que estão simulando. Nossas vidas sempre foram moldadas por essas hiperrealidades e pelas fábricas especializadas que as produzem (...) No entanto, na maioria das vezes, escolhemos ir para essas fábricas, frequentemente atravessando alguma porta e pagando a entrada. Atualmente, novamente mais do que nunca, a hiperrealidade nos visita, em nossas casas, em nossas vidas cotidianas.

cartografia que se constitui por ilhas de funções especializadas (MUÑOZ, 2008) na tentativa de gerar uma homogeneização dos usos e do perfil dos usuários.

Partiremos dos conceitos de lugar e espaço de Tuan (2005), os quais se encontram de forma relacional, e são definidos da seguinte maneira: o lugar refere-se ao espaço dotado de valor simbólico, emocional, sentimental e de memória. Portanto, o espaço só passa a ser lugar quando adquire estas características. O espaço torna-se lugar a partir das experiências vividas em determinados locais, assim o que apenas é uma localização na cidade transforma-se em um lugar quando passa a ter definição e significado.

As percepções são constituídas através dos órgãos dos sentidos, isto é, através da visão, audição, olfato, tato e paladar. São formadas a partir das experiências íntimas e conceituais que vivenciamos, nos lugares que circulamos. São as experiências que transformaram os locais em lugares. As experiências são classificadas para o autor, em duas ordens - experiência íntima: aquelas que vivemos no lugar; experiências conceituais: aquelas que nos chegam através de livros, comentários das pessoas, jornais, entre outras. Nas experiências conceituais, não entramos em contato direto com o lugar.

Para Tuan (2005), as experiências íntimas ou conceituais que vivenciamos em determinados lugares podem ser topofóbicas ou topofílicas⁴. Ou seja, podemos ter experiências íntimas de prazer, sensações agradáveis e memórias positivas, sendo estas percepções topofílicas, portanto. Ao contrário disso, as experiências de fobia, medo, insegurança e memórias negativas se configuram em topofóbicas.

No estudo sobre as paisagens do medo, Tuan (2005) define paisagem como um termo que tem sido utilizado desde o século XVII, sendo a mesma uma construção da mente, assim como uma entidade física mensurável. Então paisagens do medo dizem respeito tanto aos estados psicológicos como o meio ambiente real (TUAN, 2005).

Para o autor, as experiências que adquirimos, tais como, os mitos, a cultura e a educação podem trazer elementos que nos despertem medo. Um dos elementos que nos provoca medo é o caos da cidade, a desordem, o trânsito. Para Tuan o crescimento urbano desordenado, por exemplo,

⁴ ““Topofilia” é um neologismo, útil quando pode ser definido em sentido amplo, incluindo todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material. Estes diferem profundamente em intensidade, sutileza e modo de expressão. A resposta ao meio ambiente pode ser basicamente estética: em seguida, pode variar do efêmero prazer que se tem de um vista até a sensação de beleza, igualmente fugaz, mas muito mais intensa que a subitamente revelada. A resposta pode ser tátil: o deleite ao sentir o ar, água, terra. Mais permanentes e mais difíceis de expressar são sentimentos que temos para com um lugar, por ser o lar, o lócus de reminiscência, e o meio de se ganhar a vida” (TUAN, 2012, p. 135-136). Em contraposição, há a ‘topofobia’ que remete aos sentimentos de medo e repugnância evocados por um lugar.

é visto como uma selva, um caos de edifícios, ruas, movimentos rápidos de veículos, que desorientam e assustam os recém chegados.

Como medida de enfrentamento a situações tofóbicas experimentadas no Parque da Redenção, até então a gestão municipal optou pelo uso de câmeras de vigilância e Parcerias Público-Privada (adoção dos parques por empresas) como formas de controle do espaço público. Contudo, a pauta do cercamento do parque é recorrente na gestão municipal e nos veículos de comunicação (SOUZA, 2008). Nesse sentido, fica a reflexão:

O debate sobre a segurança é bastante importante na medida em que redefine as possibilidades de produção de sociabilidades dentro do espaço público contemporâneo. O enrijecimento da norma que avança com a ampliação do discurso sobre a segurança tende a reforçar a negação da produção de sociabilidades em detrimento de sua afirmação. Não existe grade libertadora, esse discurso elitista só compromete a vida do e no espaço público, porque fere aquilo que ele possui de mais importante, a possibilidade de fazer aflorar a democracia (SOUZA, 2008, p.102).

Se a cerca é um instrumento para o controle dos fluxos entre o parque e a cidade, cabe seu contraponto: a conectividade dessa área livre com o restante do tecido urbano.

CONECTIVIDADE ENTRE OS ESPAÇOS LIVRES URBANOS

Considerados por Battle (2006) como espaços de reserva da paisagem, os espaços livres urbanos podem ser identificados como áreas de campo, bosque, banhados ou parques, onde se pode permitir aos cidadãos o prazer do uso dessas paisagens e projetar cenários futuros de crescimento populacional em seus entornos. São espaços que permitem que os pedestres possam circular fora das vias de tráfego intenso, ter uma sensação aparente de estar num espaço livre, de melhor condição do ar, da temperatura e do ruído.

A proposta de identificar os espaços livres nas áreas urbanas oferece a possibilidade de recuperar a concepção de conexão entre estes diferentes espaços. As áreas urbanas atuais são concebidas pelo estabelecimento de uma série de redes de infraestrutura, sendo que elas somente podem ser consideradas como eficientes, quando as conexões são diversas e suficientemente completas. Assim, pensar as conexões dos espaços livres urbanos é como estabelecer aquelas que as administrações consideram como fundamentais ao funcionamento dos sistemas urbanos, tais como: rede de transporte, água, esgoto, eletricidade, informação, ruas e avenidas. Ou seja, é fundamental entender as conexões entre os espaços livres urbanos como conexões tradicionais do espaço urbano, através de vias-parques para pedestres e ciclistas. Além disso, estas conexões permitem àquelas paisagens que são compostas por elementos da natureza, assim como por aqueles elementos

construídos que representam os ícones históricos da evolução dos espaços urbanos, inclusive como identidades ou marcas de referência à população que ali viveu e vive. Esta concepção de conectividade estabelece uma rede contínua de caminhos que complementarizam e estariam conectadas às demais redes de infraestrutura, imprescindíveis nos espaços urbanos.

A permeabilidade do parque da Redenção em relação ao tecido urbano da cidade se insere na paisagem de Porto Alegre, com características particulares no que diz respeito à imaginabilidade e a legibilidade do espaço (LYNCH, 2011). Imaginabilidade é uma forma de reconhecimento espacial ligada fortemente às percepções sensoriais que se estabelecem constantemente com a paisagem. É o que nos permite interpretá-la e descrevê-la. Legibilidade é uma característica da paisagem urbana que nos proporciona um determinado grau de leitura, certa clareza ou uma possível imaginabilidade.

Associando estes conceitos aos aspectos morfológicos do tecido urbano em que o parque está inserido, percebe-se uma continuidade entre as áreas “internas” e “externas”. Os elementos construídos (edificações), os equipamentos, os monumentos e a vegetação ora se comunicam com o seu interior, ora com os bairros adjacentes. As atividades que se desenvolvem no entorno do Parque da Redenção se alastram muitas vezes parque adentro, assim como o inverso, também acontece. O desenho da malha viária se apresenta integrado ao parque, sendo que as fronteiras ou os limites muitas vezes são tênues ou difusos. Um exemplo disso, são as ruas que seguem como passeios, como no caso da rua Santana, que define o eixo principal do parque. São as avenidas de fluxo intenso, os principais elementos limitadores, mas, ainda assim, a avenida Osvaldo Aranha, com sua linha central de palmeiras imperiais (*Roystonea oleraceae*), sugere mais uma moldura do que propriamente um limite.

A consolidação desse sistema de espaços livres urbanos, segundo Battle (2006), requer a realização de diversas conexões de caminhos verdes entre estes diferentes espaços, ou seja, a conectividade e a não existência de obstáculos que possam se entropor entre eles. Estes caminhos verdes são compatíveis, inclusive, com a revitalização de vias locais e áreas, até então degradadas ou subutilizadas, como elementos que permitem estruturar as tramas urbanas dispersas pelo território.

As ligações internas e externas dos espaços livres urbanos devem ter, sobretudo, a vocação de eixos de passeio e serem amplamente utilizados para os deslocamentos frequentes entre diferentes ruas, bairros, equipamentos urbanos e na direção de outros espaços livres. As dimensões dessas ligações podem ser variáveis e dependerão das disponibilidades de áreas ou dos projetos

urbanísticos propostos, sendo que elas podem ser simples passeios em vias arborizadas e se aproximarem da concepção de corredor ecológico, que busca garantir as conectividades de elementos e fluxos da natureza.

Na perspectiva ambiental, ecossistêmica, o Parque da Redenção se configura como um elemento fundamental para a conexão de fluxos de energia e matéria, advindos não somente do ambiente urbano, como de ambientes mais próximos ao que comumente se entende por natureza. Ou seja, conjuntos de árvores de grande e médio porte, assim como, espécies arbustivas e rasteiras que compõem o projeto paisagístico do Parque da Redenção podem ser importantes quanto à conectividade de fauna e flora provenientes das ilhas do lago Guaíba, do Parque Marinha do Brasil e, até mesmo, do Parque Moinhos de Vento (Parcão).

Souza (2012) afirma que a manutenção de conexões entre importantes elementos naturais de uma paisagem pode se constituir como um dos principais aspectos para a sustentabilidade na ocupação do território. De acordo com o autor, isto viabilizaria a ocorrência dos fluxos de matéria e energia, os quais dão suporte aos serviços ambientais. Dessa forma, parques urbanos poderiam ser concebidos com a função de corredores verdes, sendo utilizados como estratégia de planejamento para a manutenção de conectividade de uma paisagem.

Gregoletto et al. (2013) citando Carr et al. (1995) e Casarin et al. (2011) afirmam que a acessibilidade pode ser considerada como uma condição imprescindível para o uso e a apropriação dos parques urbanos. Da mesma forma, segundo os autores, a livre acessibilidade em espaços públicos permite que haja uma percepção adequada de estímulos ambientais por parte de seus frequentadores.

Richter (2008) afirma que os parques urbanos cada vez mais merecem destaque diante do reconhecimento de seus benefícios. A autora afirma que entender como a população se relaciona com estes espaços e qual é a sua percepção sobre os mesmos tem se constituído em uma estratégia importante para a manutenção desses espaços verdes, já que da mesma forma em que fornece elementos, permite que sejam adequados às necessidades e expectativas das pessoas.

Os parques urbanos devem ser compreendidos como um equipamento importante para o equilíbrio ambiental e o convívio social. A destinação deste espaço público ao lazer contemplativo, prática de esportes e função ambiental deve ser considerada essencial à manutenção da qualidade de vida urbana (CAU/GO, 2013).

CERCAMENTO DA REDENÇÃO

O tema cercamento do Parque da Redenção tem sido discutido pelo poder público municipal, especialmente na esfera legislativa. Tal situação revela-se através de Projetos de Lei elaborados por vereadores de Porto Alegre desde a década de 1990. Em 1991 foi apresentado à Câmara de Vereadores, pelo vereador Nereu D'Ávila (PDT), um Projeto de Lei para autorizar o Prefeito Municipal a cercar o Parque Farroupilha (Processo n. 01179/91). Esta proposta foi arquivada em dezembro de 2004. O tema voltou a ser discutido em 2003 quando o vereador Elias Vidal (PPS) apresentou o Projeto Lei que instituía o cercamento total do Parque Farroupilha (Processo n. 01262/03). Esta proposta foi arquivada em dezembro do mesmo ano. Ambos os Projetos de Lei receberam pareceres da Procuradoria da Câmara Municipal apontando invasão de competência privativa conferida ao Prefeito, baseada na Lei Orgânica do Município.

Após o arquivamento destas propostas ocorreu a alteração da Lei Complementar n. 12 de 07 de janeiro de 1975, através da Lei Complementar n. 507 de 05 de agosto de 2005, que dispõe que o cercamento de largos e parques em Porto Alegre está condicionado à aprovação mediante plebiscito, abrindo espaço para que novamente o legislativo tratasse do tema cercamento do Parque da Redenção.

Diante da mudança na legislação municipal, o vereador Ibsen Pinheiro (PMDB) apresentou o Projeto de Lei n. 188/2005 convocando um plebiscito sobre o cercamento de logradouros públicos com área superior a cinco hectares, a ser realizado junto às eleições de 2006. Esse texto apresenta como principais motivações ao cercamento dos Parques da Redenção e Moinhos de Ventos (Parcão) questões como a segurança pública e a depredação do patrimônio público e histórico. Além disso, o texto ressalta que o Projeto de Lei se pauta na Lei Complementar n. 12/1975 e suas atualizações, citando o artigo 20-A que estabelece o cercamento de logradouros públicos mediante parecer permissível do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental, após aprovação por consulta popular através de plebiscito.

Até o segundo semestre de 2014, momento em que estudamos a questão, encontrava-se em tramitação na Câmara de Vereadores o Projeto de Lei n. 170/2013, de autoria do vereador Nereu D'Ávila (PDT), que convocava uma consulta plebiscitária à população de Porto Alegre para tratar do tema cercamento do parque. De acordo com tal projeto, é possível encontrar notícias nos jornais sobre a depredação de monumentos, a destruição de árvores e plantas, além de assaltos e assassinatos. O texto, também, aponta a importância e os benefícios das áreas verdes urbanizadas, embelezadas e preservadas, úteis à saúde pública por oferecer tranquilidade e renovação das

energias humanas. Dessa forma, considera que o plebiscito se faz necessário para que haja uma ampla discussão dos aspectos favoráveis e contrários ao tema e, em caso de aprovação, o prefeito poderá ter no cercamento uma alternativa para enfrentar os danos às pessoas e ao patrimônio que se repetem.

Duas emendas ao Projeto de Lei n. 170/2013 foram encaminhadas. A Emenda n. 1, do vereador Delegado Cleiton (PDT), propõe a realização do plebiscito em 15 de novembro de 2015, precedida de ampla campanha de divulgação e esclarecimento ao cidadão incluindo diferentes mídias e espaços públicos. A justificativa dessa emenda é garantir a consulta popular em conformidade com a declaração do Tribunal Regional Eleitoral, que julgou impossibilidade técnica na realização do plebiscito concomitantemente às eleições de 2014.

A Emenda n. 2, encaminhada pelo vereador Marcelo Sgarbossa (PT), acrescenta entre as perguntas da consulta popular a opção pelo cercamento virtual com câmeras de vigilância monitoradas pelo Poder Público Municipal. Em sua justificativa o vereador destaca que o tema é carregado de controvérsias e expõe diversas declarações contrárias ao cercamento físico do Parque da Redenção.

Frente a essa controvérsia de cercar, ou não, o Parque da Redenção, procuramos realizar ali uma intervenção como instrumento metodológico para estudar a reação da população frente às possíveis alterações nesta consagrada paisagem urbana de Porto Alegre

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O grupo multidisciplinar de 21 pesquisadores que realizou este trabalho formou-se a partir do espaço institucional de uma disciplina em um Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRGS, o “Ateliê da Paisagem”, que contou com a participação do Laboratório da Paisagem (PAGUS). Os objetivos da disciplina, desenvolvida em dez encontros entre outubro e dezembro de 2014, foram: experimentar referenciais teórico-metodológicos da concepção da paisagem frente às problemáticas urbanas e/ou rurais; e utilizar alguns métodos e técnicas de expressão para o registro da paisagem. No primeiro encontro o grupo optou pelo Parque da Redenção e a problemática de seu cercamento como objeto de sua prática. Neste momento também se dividiu a equipe em subgrupos, buscando em cada unidade a maior heterogeneidade das áreas de formação. A partir da plataforma Moodle, foi disponibilizado material para subsidiar a discussão subsequente, com textos teóricos sobre: paisagem, cercamento de parques urbanos, segurança pública, além de uma série de reportagens cujo cercamento do Parque da Redenção era o tema abordado, bem como os projetos de

lei referentes a tal questão. À medida que o trabalho foi acontecendo novas referências e debates foram agregando-se ao fórum de discussão, como, por exemplo, os repertórios sobre intervenções artísticas em paisagens urbanas.

Desde essa etapa inicial, o grupo foi estimulado a refletir e a debater sobre quais os aspectos da paisagem, e outros que se agregam a ela, seriam alterados caso se efetivasse a proposta de fechar o parque. A partir disso, buscou-se pensar de que modo constituir uma intervenção temporária naquela paisagem a fim de sensibilizar, e refletir conjuntamente, a população sobre os efeitos do cercamento do Parque da Redenção.

É interessante ressaltar que a noção de intervenção aqui empregada está vinculada ao campo das artes: uma ação efêmera sobre um local num determinado tempo, com o propósito de provocar reações e transformações no comportamento e nas percepções das pessoas, um componente de conflito ou questionamento das normas sociais, o engajamento com proposições políticas ou problemas sociais, a interrupção do curso normal das coisas através do humor, da surpresa, da crítica, do estranhamento (Trindade, 2009). Através da intervenção efêmera realizada no Parque da Redenção, tínhamos como objetivo verificar os argumentos, as opiniões e as sensações dos usuários do parque quanto à proposta de cercamento, ou não cercamento, da área. Para isso, procuramos estimular o debate criando uma situação que lhes possibilitasse se depararem com a experiência íntima de privação de acesso, mesmo que de uma pequena parte do parque.

Os distintos subgrupos de pesquisadores constituídos, anteriormente na disciplina, optaram, então, por realizar uma única intervenção, mas dividida em três etapas. Primeiramente, fez-se a exposição de cartazes no parque simulando um empreendimento imobiliário. Em segundo, criou-se um cenário que remetesse a noção de uso privativo daquele espaço. Estando em andamento essas performances, em um dos principais eixos de circulação da Redenção, a terceira etapa foi provocar o isolamento temporário daquela área, situação em que os transeuntes não poderiam acessar. Paralelo a todo esse processo foram realizadas filmagens, registros fotográficos, coleta de depoimentos e entrevistas com os usuários do parque sobre suas impressões frente à alteração efêmera da dinâmica daquele espaço público.

A intervenção foi agendada para o dia 08 de novembro de 2014, e uma semana antes o grupo realizou um trabalho de campo exploratório no parque para planejar a proposta em detalhes.

Na segunda-feira prevista, às 14h, iniciou-se a primeira etapa da intervenção: montagem e a disposição de cavaletes para a exposição de cartazes, que continham anúncios fictícios sobre a proposta de cercamento do parque (figura 2). Os cartazes foram colocados em um ponto estratégico,

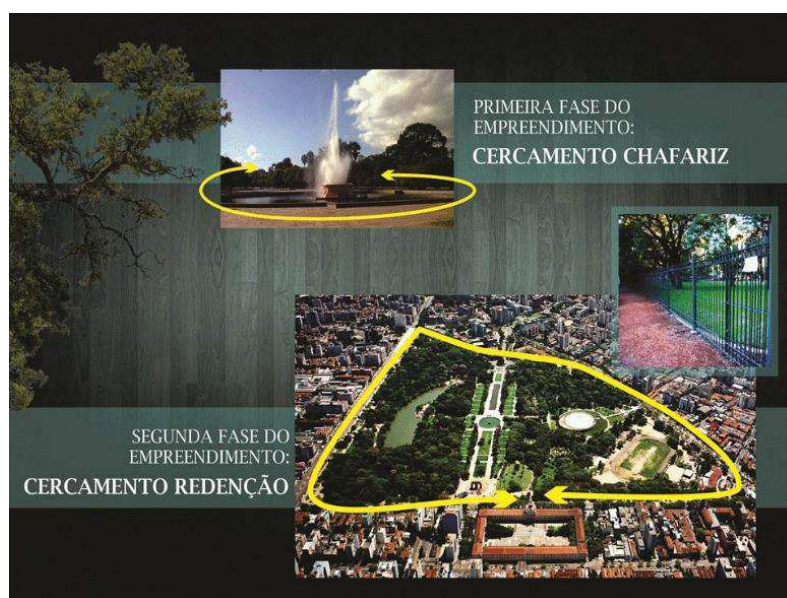
próximo ao chafariz central, onde há grande circulação de público. Balões coloridos foram amarrados junto aos cartazes, simulando o lançamento de um novo empreendimento privado que propunha isolar determinadas áreas dentro do parque. Na figura 3 podemos observar que existe o conceito de um empreendimento que seria construído no Parque da Redenção em que a linha amarela indica o cercamento.

Figura 2 - Visualização dos cartazes de simulação do cercamento do Parque da Redenção, destinado ao empreendimento privado.



Fonte: pesquisador do “Ateliê da Paisagem” (08/11/2014).

Figura 3 - Anúncio fictício de cercamento do Parque da Redenção, destinado ao empreendimento privado.



Fonte: Grupo de pesquisa do “Ateliê da Paisagem”.

Após a disposição dos cartazes, um grupo ficou observando a reação dos transeuntes. As pessoas foram abordadas para dar seus depoimentos a partir da pergunta norteadora: “você é contra,

ou a favor, do cercamento da Redenção? ”. Ao final foram realizadas 19 entrevistas, sendo quatro desses testemunhos em registro escrito, e 15 depoimentos com registro audiovisual⁵, autorizado pelos informantes.

A segunda etapa da intervenção foi a montagem de um cenário que remetesse a ideia de um clube de lazer privativo, um enclave, cujo acesso dos transeuntes era dificultado (conforme figuras 4 e 5). A ação foi realizada próximo ao chafariz central, com o emprego de uma fita para o isolamento da área, sinalizando o acesso proibido. Algumas pessoas ignoraram a existência da barreira e a transpassaram. Outras buscaram um caminho alternativo, desviando da fita, para seguirem ao seu destino. Nesta etapa, os entrevistados vivenciaram o bloqueio da circulação em um dos eixos centrais do parque, simulando a experiência do cercamento.

Figura 4 - Simulação de cercamento do Parque da Redenção, destinado ao empreendimento privado.



Fonte: Pesquisador do “Ateliê da Paisagem” (08/11/2014).

⁵ O vídeo elaborado a partir da intervenção pode ser visualizado na página eletrônica do Laboratório da Paisagem – PAGUS, disponível em: <<https://pagusufrgs.wordpress.com>>

Figura 5 - Simulação de cercamento do Parque da Redenção, destinado ao empreendimento privado.



Fonte: Pesquisador do “Ateliê da Paisagem” (08/11/2014).

RESULTADOS

Entre os 19 entrevistados, 84% são contrários ao cercamento, enquanto 16% são favoráveis, contudo, esses relativizam sua necessidade diante de outras formas de segurança, como policiamento e iluminação, entre outros.

Os vídeos com depoimentos sobre a temática foram processados e decupados para confecção do produto audiovisual pretendido. Além disso, em conjunto com os registros fotográficos e outros depoimentos registrados pela escrita, formaram testemunhos das reações das pessoas frente à mudança na dinâmica daquela paisagem, e que foram debatidos em outra ocasião pelo grupo. Nessa situação, alguns temas emergentes nas falas foram categorizados. Os temas, que na opinião do grupo de pesquisadores, mais repercutiram entre os entrevistados, foram: a influência da cerca na conectividade entre parque e bairros adjacentes; a questão da insegurança no parque; os possíveis efeitos do cercamento em seu cotidiano; bem como, alternativas ao cercamento físico que adereçassem aos problemas do parque.

Ao narrarem suas experiências, os entrevistados passam a conferir sentidos, memórias e valores ao parque. Assim, de apenas um local da cidade, o Parque da Redenção torna-se um lugar, com sentimentos que variam de *topofílicos* a *topofóbicos*. Um dos trechos ilustrativos que expressa essa variação da *topofilia* à *topofobia* é o seguinte: “Acho que a Redenção é tão de todos, tão

abençoada, eu me criei aqui, na época que tinha barco, meu pai andava de barquinho aqui, então meu coração é muito daqui, acho um horror [o cercamento], sou contra” (Entrevistada 1, nov.2014).

É importante destacar que quando questionadas em relação ao cercamento, 84% foram contrários a ele. Uma das entrevistadas chegou a dizer que se sentiu oprimida, após ser submetida à experiência de simulação de cercamento realizada pelo grupo, como podemos verificar nas falas: “... a cerca não vai me dar, pelo menos para mim, a sensação de estar protegida aqui dentro. Muito pelo contrário, exatamente como vocês fizeram aqui, oprimida” (Entrevistada 4, nov.2014); e “... a cerca não vai resolver o problema da segurança. O tipo de marginal que vem aqui, tão praticamente na mendicância, não são bandidos, não são ladrões. Ladrões andam bem vestidos, porque roubam.” (Entrevistada 2, nov.2014).

As opiniões dos entrevistados puderam ser categorizadas em: (A) a contrariedade em relação ao cercamento, pois o parque tem que ser livre, para seu uso e para o deslocamento entre uma área e outra dos bairros que lhe margeiam; (B) a contrariedade em relação ao cercamento, pois além de obstáculo, a cerca tornaria feia a paisagem, e o custo de instalação dessa barreira seria melhor utilizado se investido na iluminação, policiamento e melhorias na área; (C) favorável ao cercamento, desde que tenha os custos arcados inteiramente pelo Poder Público, sem que haja cobrança de ingresso ou restrição de acesso a determinados grupos; (D) sem uma opinião formada sobre o tema, pois não há um projeto desde o qual se possa compreender onde a cerca passaria, quais seriam os acessos, qual o material seria utilizado e quem subsidiaria a sua instalação e manutenção; (E), uma visitante oriunda do Rio de Janeiro, apontou que em sua cidade há parques cercados que funcionam, se referindo à limpeza e à segurança, mas que não se sentiu ameaçada ou um perigo que justificasse o cercamento da Redenção.

Na pesquisa bibliográfica em reportagens da mídia local sobre o cercamento do Parque da Redenção a justificativa para o fechamento do parque é a melhoria das condições de segurança dos seus frequentadores e a preservação do patrimônio público ali instalado. Contudo, apesar da relevância do tema segurança pública no contexto urbano da sociedade moderna, a maioria dos entrevistados na intervenção realizada pelo grupo de pesquisa da disciplina Ateliê da Paisagem mostrou-se contrária a um possível cercamento do Parque da Redenção. A cerca pode ser entendida como um elemento de precaução do maior medo que as pessoas possuem na cidade: o medo do outro e o medo das próprias pessoas. Segundo Tuan (2005) evitamos certos lugares da cidade, por entender que lá habitam muitos criminosos. No entanto, ao contrário de segurança, para a grande

parte dos entrevistados o cercamento evoca alguns sentimentos como o de sufocamento, uma sensação de horror e uma frustração frente à impossibilidade de circulação livre dentro do parque. Já aqueles que apoiam a existência de uma barreira física isolando o parque ressaltam que essa não seria uma solução definitiva, interpondo algumas condicionantes para a instalação da cerca.

A questão da segurança foi evidente em todas as entrevistas, mas nem sempre aparece como solucionável com uma cerca. A grande maioria dos entrevistados destaca que a cerca não é suficiente e que os eventos atuais de violência no parque ocorrem por falta de efetivo policial. Assim, consideram que existem problemas de segurança, “mas” que a cerca por si não os resolve se ali não há presença de policiais. Acrescentam que “se” apenas instalarem as cercas, a segurança piora, na medida em que os frequentadores e infratores ficam “presos” no mesmo espaço que os malfeitores. Outra ponderação foi quanto à manutenção e conservação da cerca, que como outros equipamentos do parque, também poderia ser objeto de depredação, restando assim inócua em sua intenção. A instalação desse limite ao Parque da Redenção nos recorda a proposta de Foucault apud Raffestin (1993), quando afirma que o território é a prisão que os homens constroem para si mesmo.

Ainda quanto a (in)segurança, muitos entrevistados reconhecem que o problema existe, contudo, apontam que há outros meios para resolvê-lo. A melhoria na iluminação e a instalação de câmeras de monitoramento são apontadas como inibidoras das ações dos infratores. O cercamento eletrônico, por meio de câmeras, também é uma possibilidade na discussão sobre o cercamento do parque. Entretanto, os entrevistados não compreenderam a câmera em si como uma cerca, mas como um equipamento público que auxilia na manutenção da segurança, sem afetar as possibilidades de ir e vir dos seus frequentadores ou intervir na estética do parque, como implicaria a instalação de uma barreira física.

Outra relativização frequente entre os entrevistados foi sobre a estética da cerca que seria instalada. Alguns entrevistados que tomam como referência outros parques no Brasil ou no exterior entendem que no imaginário popular o Parque da Redenção não contém cercas. Assim, quando consideram um possível cercamento questionam: “mas que cerca seria essa?”. Em sua opinião, se fosse escolhido para a cerca um estilo arquitetônico que valorizasse o parque, ficaria esteticamente apreciável. Contudo, os mesmos destacam que se seguir a mesma qualidade de outros equipamentos urbanos presentes na cidade, a cerca interferiria negativamente em sua estética, assim como na aparência dos bairros vizinhos.

Assim, confrontados à experiência, mesmo que efêmera, do cenário de um parque cercado, os frequentadores entrevistados destacam que não se sentiram confortáveis. Apontaram que o

cercamento reduz a sensação de liberdade, rompe com a naturalidade daquele ambiente, o que poderia ter implicações para uma progressiva extinção de uma cultura de diversidade de públicos e de usos do parque pelos quais o espaço é reconhecido. Assim, opinam que se o parque for mantido sem cerca e houver melhora dos serviços no campo da segurança pública, continuará atraindo uma multiplicidade de pessoas e de grupos sociais, o que lhe é característico. Dessa forma, continuaria a ser um espaço de referência, tanto para os seus usuários frequentes como para os visitantes eventuais e turistas.

No entanto, vale se fazer uma ressalva: como as entrevistas analisadas foram realizadas no turno diurno não consideramos a opinião de outros frequentadores do parque, àqueles que o utilizam em seus momentos de escuridão. Os comportamentos que ocorrem no período noturno são um produto da sociedade em igual medida que os usos diurnos daquele espaço. Embora a escuridão, nesse contexto, atue como uma “cerca”, pois representa uma fronteira em relação às atividades e frequentadores do Parque da Redenção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na pesquisa realizada pelo grupo que participou da experiência desenvolvida na disciplina de “Ateliê da Paisagem”, se pode registrar as diversas mudanças nas funcionalidades do espaço do parque ao longo da sua história. Desde o tempo em que era um elemento periférico no espaço urbano da cidade que se constituía gradativamente, passando para um espaço de lazer de uma porção mais elitizada da população cidadina, até o momento atual, reconhecido como um espaço de lazer e sociabilidade, com a realização de encontros e eventos.

Hoje, o Parque da Redenção ou Farroupilha é um marco referencial no espaço geográfico densamente urbanizado do Centro Histórico de Porto Alegre, sendo ele uma atratividade que ultrapassa os próprios limites deste município. A Redenção é uma referência histórica, atração turística, área verde e de atividades diversas (feiras, shows, manifestações,...), bem como, um espaço que revela os conflitos sociais e territoriais urbanos que se desenrolam além de seus limites físicos.

A experiência de pensar, pesquisar e intervir neste espaço geográfico, enquanto grupo de pesquisa na disciplina, foi no sentido de problematizar as propostas e os debates relativos ao cercamento ou não desse espaço verde da cidade. Para nós, ele se revelou como carregado de materializações, devido às sucessivas intervenções sociais, ao longo de sua história, assim como, de imaterialidade simbólica daqueles que o frequentam diariamente.

Para o grupo de pesquisa, o parque deve representar materialmente a consolidação da conectividade entre os diversos espaços livres urbanos e os respectivos caminhos verdes que os unem. Ele deve potencializar, inclusive, um processo de revitalização das vias e áreas, até então degradadas, subutilizadas ou priorizadas para a circulação veicular na cidade, como elementos que permitem estruturar esses espaços que são vistos como dispersos e desconexos no território urbano de Porto Alegre.

Por fim, no que se refere à dita insegurança e as propostas de seu cercamento, recorrentes nas gestões municipais e nos veículos de comunicação, o grupo de pesquisa reconhece que o parque se materializa como espaço de socialização, encontro e ocupação de seus diferentes espaços, por uma diversidade de perfis de pessoas. A sua limitação pela construção de barreiras físicas (cercas) possivelmente gerará um espaço de isolamento na cidade. Contrariamente à sensação de segurança, o cercamento remete também a fobias, como as expressas pelos entrevistados nessa pesquisa, isto é, o sentimento de sufocamento e da impossibilidade de circulação livre no seu interior. Além disso, a cerca não seria suficiente para amenizar a violência no parque, na medida em que, seus frequentadores e infratores ficam confinados no mesmo território. Isto é, não há necessariamente rompimento das relações que ocorrem no espaço amplo da cidade e, além disso, constroem uma prisão para eles mesmos. Neste sentido, o cercamento reduz a sensação de liberdade, rompe com a percepção individual e coletiva de proximidade com os elementos da natureza, interfere na cultura historicamente construída de usos e funcionalidades diversas, assim como, desconfigura a materialização de um espaço de referência a todos/as que o frequentam.

REFERÊNCIAS

- BATTLE, E. El sistema de espacios libres urbanos. In: MATA, R. & TARROJA, A. (Coord.) **El paisaje y la gestión del territorio – critérios paisagísticos em la ordenación del territorio y el urbanismo**. Barcelona: Deputació Barcelona. 2006.
- BAUDRILLARD, J. **Simulacros e Simulação**. Lisboa: Relógio D'água, 1991. 201p.
- BERQUE, A. Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: Elementos da Problemática para uma Geografia Cultural. In: CORREA, R. L.; ROSENDAHL, Z. **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998. p. 84-89.
- CACCIA, L. S. **A Apropriação do Espaço Público a partir do Estudo das Representações Sociais no Parque da Redenção em Porto Alegre**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2011. 93 f.

CARR, S. et al. **Public Space**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

CASARIN, V.; SANTIAGO, A.G.; SABOIYA, R. **Accessibility and visibility analysis of Moinhos de Vento Park in Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brazil**. Journal of Civil Engineering and Architecture, v. 6, p. 1158-1168, 2012.

CAU/GO - Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Goiás. Parques Urbanos de Goiânia: **Relatório de Inspeção Técnica dos Parques do Areião, Bosques dos Buritis, Cascavel, Jardim Botânico, Lago das Rosas, Vaca Brava**. Prefeitura Municipal de Goiânia, 2013, 13 p. il.

GERMANI, A. M. **O Parque Farroupilha: ensaio sobre a evolução do projeto paisagístico**. Porto Alegre: UFRGS, 2002. 18 p.

GOIDANICH, O. A saga do Turismo no Rio Grande do Sul. In: FLORES, H. H. (Org.). **Turismo no Rio Grande do Sul: 50 anos de pioneirismo no Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993. p. 13-117.

GREGOLETTO, D. et al. Existência e inexistência de cercamento, segurança e acessibilidade de parques urbanos. **Arquisur revista**. Argentina. n.3, p. 125-137, 2013.

LYNCH, K. **A imagem da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2011. 227 p.

MACEDO, F. **Porto Alegre: origem e crescimento**. Porto Alegre: [s.n.], 1968.

MELO, M.I.O.; DIAS, K. e S. **Parque Farroupilha, a natureza na cidade: práticas de lazer e turismo cidadão**. Revista de Turismo Contemporâneo – RTC, Natal, v. 2, n. 1, p. 1-26, jan./jun. 2014.

MIÑO, O. A. S. **Os espaços da sociabilidade segmentada: a produção do espaço público em Presidente Prudente**. Tese (Doutorado em Geografia). Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2004. 221 f.

MUÑOZ, F. Urbanización. In: _____. Urbanización. **Paisajes comunes, lugares globales**. Barcelona: Gustavo Gili, 2008, p. 63-92.

PERTILE, K. **Em pratos limpos: as comidas de rua no Brique da Redenção, em Porto Alegre/RS – Brasil, e possibilidades para o turismo**. Dissertação (Mestrado em Turismo). Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, 2014. 133 p.

PESAVENTO, S. **O imaginário da cidade: visões literárias do urbano – Paris – Rio de Janeiro – Porto Alegre**. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 1999. 393 p.

PORTO ALEGRE TRAVEL. Site da Secretaria Municipal de Turismo de Porto Alegre. Disponível em: http://www.portoalegre.travel/site/onde_visitar.php. Acesso em: 22 de nov. 2014.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RICHTER, E. M. **Percepção Ambiental do Parque Urbano Integrado Elso Pilau, município de Giruá-RS**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008, 174 p.

SMAM. Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Porto Alegre. Parques e Praças. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smam/default.php?p_secao=201>. Acesso em: 14 jan. 2015.

SOJA, E. **Six Discourses on the postmetropolis** (Seis discursos sobre la post-metrópolis). Urban 2.03 (ETSAM Madrid). 1998. p. 31-50.

SOUZA, D. T. P. de. **Corredores verdes: uma abordagem para o seu planejamento em municípios brasileiros de pequeno porte**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012. 165 p.

SOUZA, F. S. de. **O espaço público contemporâneo: a complexidade vista a partir de parques urbanos em Porto Alegre**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Porto Alegre: UFRGS, 2008. 122f.

TRINDADE, A. L. **Intervenções Urbanas de Dança**. Porto Alegre: Cesar Gonçalves Larcen Editor, 2013.

TUAN, Y. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Tradução Livia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2012.

TUAN, Y. **Paisagens do medo**. São Paulo: Editora da UNESP. 2005. 374 p.

VERDUM, R. et alii. **Um mosaico de relações – o PAGUS e as múltiplas abordagens para o estudo da paisagem**. 2º Colóquio Ibero-americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto/Belo Horizonte – MG, 2013.